



Vini Oliveira (Cidadania-SP) confessou ter ido à sede da Smile

Câmara aguarda data de sessão que decide mandato de Vini

A Câmara de Campinas aguarda o presidente da Casa, vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), marcar a sessão extraordinária que decidirá o futuro do mandato de Vini Oliveira (Cidadania-SP). O plenário terá de votar o relatório final da Comissão Processante (CP), que recomendou na sexta-feira (28) a cassação do vereador por quebra de decoro parlamentar. São necessários pelo menos 22 votos dos 33 parlamentares para que a perda do mandato seja aprovada. A CP foi instalada após denúncia da vereadora Mariana Conti (PSol-SP). O colegiado apurou a participação de Vini em reuniões na sede da empresa de ônibus Smile, ligada a empresários que venceram a licitação do Lote Norte do transporte público de Campinas. Vini foi flagrado em vídeo saindo da empresa com malote suspeito e cujo conteúdo é desconhecido.

Lisura

O relator do processo, vereador Otto Alejandro (PL-SP) concluiu que a presença de Vini na empresa durante a licitação, reconhecida pelo próprio parlamentar em redes sociais, contrariou princípios que devem orientar a atuação de agentes públicos. O presidente da CP, vereador Paulo Haddad (PSD-SP), ressaltou que a decisão definitiva caberá ao plenário e defendeu que o processo assegurou o direito de defesa ao vereador.



Conti é autora da denúncia que resultou na Comissão Processante

Em defesa da ética

“Quando apresentei a denúncia foi com a certeza de que a presença (de Vini) na empresa, em reunião a portas fechadas durante a licitação do transporte, já era uma prova suficientemente grave. Estou satisfeita com o trabalho realizado pela CP, que hoje dá uma resposta ao povo de Campinas. A população não pode ter desconfianças sobre a ética daqueles que a representam. Agora vamos lutar para que essa cassação se concretize no plenário e para que o transporte público de Campinas deixe de ser uma fonte de negócios”, afirma Conti.

O outro lado

A defesa de Vini contestou a sessão da CP que indicou a cassação pois a resposta do Deic sobre o BO de vídeos ilegais não chegou a tempo. Os advogados pediram a suspensão do processo por falta de análise completa das provas solicitadas. Sem o retorno do órgão, a defesa declarou a votação nula por interesses políticos e estuda anulação na Justiça. Desde o início, Vini se declara inocente.

PINGA-FOGO

R\$ 500 bilhões

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), apresentará o plano de governo em Campinas durante o Encontro Regional de prefeitos e apoiadores no sábado (5). De acordo com os organizadores, a exposição detalhará a previsão de R\$ 500 bilhões em investimentos públicos e privados.

O encontro

A reunião será às 10h no espaço Expo Dom Pedro e pretende concentrar prefeitos de 90 cidades da região, além de apoiadores, convidados e lideranças políticas. Entre as presenças confirmadas estão a primeira-dama do Estado, Cristiane de Freitas, o prefeito de Campinas, Dário Saadi, e Mauro Benedito de Santana, o Coronel Mauro.

Decisor

Ainda de acordo com os organizadores, são esperados prefeitos de 90 municípios, atendidos pela regional Campinas do Republicanos, além de apoiadores, convidados e lideranças políticas. A presença da campanha em Campinas é tida como crucial por analistas políticos, já que comumente é o interior de São Paulo que decide o chefe do Palácio dos Bandeirantes.

Aplicação dos recursos

O plano de governo de Tarcísio, a ser apresentado em Campinas como parte da campanha eleitoral para a reeleição do governador, estabelece dez objetivos estratégicos: segurança, saúde, educação, desenvolvimento social, mulheres, sustentabilidade, infraestrutura, economia do conhecimento, prosperidade e governança.

Dez partidos

O republicano terá o maior tempo de rádio e TV do país nas eleições de 2026, dispõndo de 6 minutos e 20 segundos devido à coligação com dez partidos: Republicanos, PL, MDB, Democrata, Avante, PSD, PRD, Solidariedade, União Brasil e PP. Já Fernando Haddad (PT), tem 2 minutos e 40 segundos, de acordo com a Justiça Eleitoral.

Intenções de voto

Última pesquisa Quaest, divulgada no dia 25 de agosto, apontou Tarcísio na liderança ao governo de São Paulo com 40% das intenções de voto e Haddad, na segunda posição, registrando 27%. A margem de erro do levantamento contratado é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.



Duplicação foi realizada pelo governo do Estado de São Paulo

Atingidos por obra da SP-324 mantêm protesto após 3 anos

Famílias cobram soluções para reassentamento e realocação comercial

Por **Raquel Valli**

Há três anos e meio, moradores e comerciantes afetados pela duplicação da Rod. Miguel Melhado (SP-324) em Campinas cobram soluções para reassentamento e realocação comercial. Em protesto na prefeitura no último dia 24, pediram a inclusão de representantes nas negociações de um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). As tratativas envolvem o vice-prefeito Wandão (PSB), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) e a Defensoria Pública. O convênio entre o departamento e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) prevê atendimento habitacional aos removidos via carta de crédito de até R\$ 200 mil e auxílio-moradia de R\$ 602 por meio da secretaria municipal de Habitação.

Mas, Daniel da Silva Cardoso, coordenador do Movimento de Resistência Miguel Melhado - Campo Belo, afirma que cerca de 40 famílias ainda aguardam solução definitiva. Relata desrespeito ao prazo mínimo de 30 dias para desocupação, descumprimento do auxílio e da carta de crédito, além de rachaduras em construções, provocadas pelas obras. Aponta ainda que

as áreas indicadas pelo Poder Público, no bairro Colúmbia e perto da empresa Valeo, para o reassentamento, não possuem documentação nem alvará para uso comercial. Por isso, o movimento protocolou um novo ofício na prefeitura cobrando participação dos afetados nas negociações.

Já a prefeitura declarou que a obra é de responsabilidade do governo paulista, via DER, e que desocupou construções irregulares em áreas públicas. Afirmou fornecer o auxílio-moradia e disse que as cartas de crédito cabem ao Estado. O CDHU informou ter emitido 77 cartas (37 aguardam indicação de imóvel, 26 estão em fase de assinatura e 14 em análise documental). A Defensoria disse que não recebeu, até o momento, notícia de danos provocados pela duplicação, e informou que, em maio de 2024, foram realizados 18 laudos cautelares para registrar as condições dos imóveis antes e depois das intervenções. Mas, não respondeu sobre realocação comercial, indenizações ou situação do convênio. Em nota, relatou que cerca de 100 famílias recebem acompanhamento socioambiental desde janeiro de 2024 e que disponibiliza atendimento presencial e via WhatsApp.